

Informe Legislativo Estadual

MATÉRIAS SELECIONADAS DOS DIÁRIOS OFICIAIS DOS PODERES
EXECUTIVO E LEGISLATIVO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

⇒ PARECERES PROFERIDOS NAS COMISSÕES TÉCNICAS:

Educação:

APROVADO na **Comissão de Indicações Legislativas** o **parecer** do relator, deputado Marcos Abrahão, ao **Projeto de Lei nº 1623/2016**, de autoria do deputado Benedito Alves, que "Obriga as escolas públicas e particulares de ensino do estado do Rio de Janeiro a ministrarem em atividades extracurriculares, noções sobre educação financeira, no período que menciona", **favorável, concluindo por indicação legislativa.**

Economia:

A **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DECLAROU PREJUDICADO** o **Projeto de Lei nº 1075/2011**, de autoria dos deputados André Ceciliano, Luiz Martins, Zaqueu Teixeira e da então deputada Andreia Busaatto, que "Estabelece condições para a implantação de empreendimento industrial na região que menciona", em virtude da **existência da Lei nº 7.032, de 02 de julho de 2015 que dispõe sobre a mesma matéria.**

Defesa do Consumidor

APROVADO na **Comissão de Constituição e Justiça** o **parecer** do relator, deputado Carlos Minc, ao **Projeto de Lei nº 2837/2017**, de autoria da deputada Zeidan, que "Determina a obrigatoriedade do fornecimento do protocolo de atendimento por parte das entidades empresariais ou comerciais que realizam assistência técnica a consumidores de produtos e serviços e dá outras providências", **pela constitucionalidade.**

Meio Ambiente

APROVADO na **Comissão de Defesa do Meio Ambiente** o **parecer** do relator, deputado Milton Rangel, as **emendas de plenário** (autores deputados Luiz Paulo – emenda 01 e Dr. Julianelli – emenda 02 a 04) ao **Projeto de Lei nº 301/2015**, de autoria do deputado Carlos Minc, que "Destina ao menos 1% (hum por cento) do valor dos termos de ajustamento de conduta – TAC a serem aplicados na área de saúde ambiental", **favorável à emenda nº 01 e contrário as emendas 02, 03 e 04.**

APROVADO na **Comissão de Defesa do Meio Ambiente** o **parecer** da relatora, então deputada Fatinha, ao **Projeto de Lei nº 2642/2017**, de autoria do deputado Carlos Minc, que "Altera a Lei nº 4191 de 30 de setembro de 2003 que dispõe sobre a política estadual de resíduos sólidos e dá outras providências acrescentando dispositivos", **favorável com emenda**.

Indústria Transporte Coletivo

APROVADO na **Comissão de Constituição e Justiça** o **parecer** do relator, deputado Milton Rangel, ao **Projeto de Lei nº 3442/2017**, de autoria do deputado Zito, que "Dispõe sobre afixação de cartazes no transporte coletivo no âmbito do estado do Rio de Janeiro contra o assédio sexual e a violência contra as mulheres", pela anexação – **anexado ao PL 3304/2017** por se tratarem de matérias correlatas.

Interesse Geral

APROVADO na **Comissão de Constituição e Justiça** o **parecer** do relator, deputado Chiquinho da Mangueira, ao **Projeto de Lei nº 3389/2017**, de autoria do deputado Flávio Serafini, que "Classifica Niterói como município de interesse turístico", **pela juridicidade**.

APROVADO na **Comissão de Turismo**, o **parecer favorável** do relator, deputado Silas Bento, ao **Projeto de Lei nº 3161/2017**, de autoria do deputado Marcos Figueiredo, que "Cria o programa de recuperação da estrada de nominada "Caminho Novo do Ouro" e dá outras providências".

APROVADO na **Comissão de Turismo**, o **parecer favorável** do relator, deputado Silas Bento, ao **Projeto de Lei nº 3332/2017**, de autoria do deputado André Ceciliano, que "Classifica Engenheiro Paulo de Frontin como município de interesse turístico".

APROVADO na **Comissão de Constituição e Justiça** o **parecer** do relator, deputado Milton Rangel, ao **Projeto de Lei nº 3512/2017**, de autoria do deputado Chico Machado, que "Dispõe sobre a criação do banco de medicamentos doados por pessoas físicas ou jurídicas no âmbito do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências", **pela prejudicabilidade**.

Segurança Pública

APROVADO na **Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia** o **parecer favorável** do relator, deputado Zaqueu Texeira, ao **Projeto de Lei nº 501/2015**, de autoria dos deputados Jorge Picciani e Rafael Picciani, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de rastreadores por satélite nos caminhões licenciados no estado do Rio de Janeiro", com voto contrário do deputado Flávio Bolsonaro.

ANEXAÇÃO:

A **Comissão de Constituição e Justiça** anexou o **Projeto de Lei nº 3442/2017**, de autoria do deputado Zito, que "Dispõe sobre a afixação de cartazes no transporte coletivo no âmbito do estado do Rio de Janeiro contra o assédio sexual e a violência contra as mulheres", ao **Projeto de Lei nº 3304/2017**, de autoria da deputada Márcia Jeovani, que "Fica criado no estado do Rio de Janeiro o programa de prevenção ao abuso sexual e violência no transporte coletivo público e privado no estado do Rio de Janeiro", por se tratarem de matéria correlata e o presente projeto ter sido criado posteriormente.

⇒ PROJETO DE LEI APRECIADO PELO PLENÁRIO:

Sessão Ordinária do
Dia: 28/03/2018

1ª DISCUSSÃO

APRECIADO o **Projeto de Lei nº 1751/2016**, de autoria da deputada Zeidan, que "Altera a Lei nº 4.962, de 21 de dezembro de 2006, que cria o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social – FEHIS e dá outras providências". O PL **recebeu uma emenda e retorna às Comissões**.

Link para acessar a emenda

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/765ce25d097e95d983257fa9005654ee?OpenDocument&Highlight=0,1751%2F2016>

RETIRADO DE PAUTA o Projeto de Lei nº 2549/2017, de autoria do deputado Gustavo Tutuca, que "Dispõe sobre as condições adequadas de repouso ofertadas aos funcionários que trabalham em shopping centers no âmbito do estado do Rio de Janeiro", pela Presidência. **O presidente da CCJ¹**, deputado André Lazaroni, enfatizou que irá convocar audiência pública para debater o tema, por ser de suma importância.

APROVADO o Projeto de Lei nº 2692/2017, de autoria do deputado Gustavo Tutuca, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos que comercializam produtos alimentícios assegurarem ao consumidor que constatar a existência de produto exposto à venda com prazo de validade vencido, o direito de receber, gratuitamente, outro produto idêntico ou similar, a sua escolha", na forma final do substitutivo da CCJ. **O substitutivo aprovado voltará em 2ª discussão.**

Link para acessar o substitutivo da CCJ

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/be6371683e3bc577832582650076ff5d?OpenDocument>

**Sessão Ordinária do
Dia: 04/04/2018**

2ª DISCUSSÃO

APROVADO a redação do vencido (emendada) ao **Projeto de Lei nº 139-A/2015**, de autoria do deputado Zaqueu Teixeira, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sensor de presença nos veículos novos fabricados, no âmbito do estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências". O texto aprovado vai a autógrafa.

Link para acessar o texto aprovado.

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/91efac78332c4bab83258265007e9951?OpenDocument>

APROVADO a redação do vencido do **Projeto de Lei nº 1560-A/2016**, de autoria do deputado Flávio Serafini, que "Modifica o artigo 5º da Lei 2.804, de 08 de outubro de 1997, estabelecendo a oferta de linha social para o trajeto Charitas-Praça XV no serviço de transporte aquaviário de passageiros no estado do Rio de Janeiro e dá outras providências". **Vai a autógrafa.**

¹ CCJ – Comissão de Constituição e Justiça

Link para acessar o texto enviado a autógrafos.

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/8fb771e545b0c34383257f79006c153b?OpenDocument&Highlight=0,1560%2F2016>

APRECIADO o **Projeto de Lei nº 566/2015**, de autoria do deputado Benedito Alves, que “Obriga as escolas públicas e particulares de ensino do estado do Rio de Janeiro a realizar no ensino médio, atividades destinadas a orientação profissional, nos períodos que menciona”. O PL **recebeu duas emendas e retorna às Comissões Técnicas**.

Link para acessar as emendas.

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/9ce579b130bef42a83258266006030e8?OpenDocument>

APROVADO o **Projeto de Lei nº 712/2015**, de autoria do deputado Filipe Soares, que “Dispõe sobre a realização de curso de aprimoramento técnico para guardiões de piscina que atuem no âmbito do estado do Rio de Janeiro”. **Vai a autógrafo**.

Link para acessar o texto encaminhado a autógrafo.

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/a95e18af66ad26c0832582650080fb28?OpenDocument>

APROVADO o **Projeto de Lei nº 712/2015**, de autoria do deputado Filipe Soares, que “Dispõe sobre a realização de cursos de aprimoramento técnico para guardiões de piscina que atuem no âmbito do estado do Rio de Janeiro”. **Vai a autógrafo**.

Link para acessar o texto encaminhado a autógrafo.

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/a95e18af66ad26c0832582650080fb28?OpenDocument>

1ª DISCUSSÃO

APRECIADO o **Projeto de Lei nº 3498/2017**, de autoria dos deputados Flávio Bolsonaro e outros², que “Dispõe sobre a inspeção de gás no estado do Rio de Janeiro e dá outras providências”. Aprovado o parecer do relator, deputado Luiz Paulo, na Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade com emendas, com recomendação da realização de audiência pública para debater o PL. A **matéria recebeu 28 emendas e retorna às Comissões Técnicas**.

² Coautores: Luiz Martins, Osório e Paulo Ramos

Link para acessar as emendas

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/34e6f9f7da53ba6083258266006122c5?OpenDocument>

APROVADO o **Projeto de Lei nº 2806/2017**, de autoria do deputado Zito, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartazes em todos os estabelecimentos que vendam aparelhos celulares e similares no âmbito do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências”. O PL **voltará em 2ª discussão**.

APROVADO, com emenda, o **Projeto de Lei nº 3258/2010**, de autoria do deputado André Lazaroni, que “Estabelece o uso eficiente de água nos estaleiros e dá outras providências”. O PL **vai à redação do vencido para 2ª discussão**.

**Sessão Ordinária do
Dia: 05/04/2018**

1ª DISCUSSÃO

APROVADO, na forma do substitutivo apresentado pela CCJ³, o **Projeto de Lei nº 2428/2009**, de autoria dos deputados André Lazaroni e Carlos Minc, que “Estabelece normas para a proteção de animais no estado do Rio de Janeiro”, bem como as emendas de plenário. O PL **vai à redação do vencido para 2ª discussão**.

APROVADO, com emendas, o **Projeto de Lei nº 2529/2017**, de autoria do deputado Aramis Brito, que “Cria o programa emprego regional e dá outras providências”. **Vai a redação do vencido para segunda discussão**.

APRECIADO o **Projeto de Lei nº 1253/2015**, de autoria do deputado André Ceciliano, que “Dispõe sobre as competências da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro – CODIN e dá outras providências”. O **projeto recebeu dez emendas e retorna às Comissões Técnicas**.

Link para acessar as emendas

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/d6f6c9b5f18fa56a83258267006515c3?OpenDocument>

³ CCJ – Comissão de Constituição e Justiça

APROVADO o parecer da CCJ ao Projeto de Lei nº 1998/2016, de autoria do deputado Milton Rangel, que "Dispõe sobre o atendimento de emergência, bem como o uso de desfibriladores doppler vascular portátil e cilindro de oxigênio, nas academias de ginásticas localizadas no estado do Rio de Janeiro e dá outras providência", pela anexar desse PL ao projeto nº 1820/2012, de autoria do então deputado Xandrinho por se tratarem de matérias correlatas.

⇒ ATOS DO EXECUTIVO E LEGISLATIVO:

ATOS DO PODER LEGISLATIVO:

AGORA É LEI:

Publicado no DO-I de 02/04/18.

LEI Nº 7930, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

Oriunda do PL 2979/2017

Autor: Deputado Flavio Serafini

Ementa: Dispõe sobre o uso do nome afetivo nos cadastros das instituições escolares de saúde, cultura e lazer para crianças e adolescentes que estejam sob guarda de família adotiva.

LEI Nº 7931, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

Oriunda do PL 2799-A/2014

Autora: Deputada Lucinha

Ementa: Altera a lei nº 4734, de 29 de março de 2006, para incluir a obrigatoriedade de realização de palestras mensais, alertando sobre o uso de esteróides anabolizantes por academias de ginástica, sport center, fitness, clubes esportivos e similares. Ementa: Altera a lei nº 4734, de 29 de março de 2006, para incluir a obrigatoriedade de realização de palestras mensais, alertando sobre o uso de esteróides anabolizantes por academias de ginástica, sport center, fitness, clubes esportivos e similares.

LEI Nº 7932, DE 02 DE ABRIL DE 2018.

Oriundo do PL 3594/2017

Autores: Deputados Carlos Osório Chiquinho Da Mangueira, Comte Bittencourt, Dr. Julianelli, Edson Albertassi, Luiz Paulo, Marcia Jeovani, Paulo Ramos, Tio Carlos, Waldeck Carneiro

Ementa: Torna obrigatória a afixação de cartazes nas academias, clubes, associações, escolhinhas esportivas e demais organizações que oferecem serviços de atividades físicas, esportivas e similares no âmbito do estado do rio de janeiro, informando sobre a importância de consultar o conselho regional de educação física do estado do Rio de Janeiro sobre a situação do profissional de educação física.

LEI Nº 7933, DE 02 DE ABRIL DE 2018

Oriunda do PL 3844/2018

Autora: Deputada Cidinha Campos

Ementa: Obriga as concessionárias de transportes de qualquer modal, a informar em tempo real sobre interrupção de tráfego que vier a acontecer por qualquer causa.

LEI Nº 7934, DE 02 DE ABRIL DE 2018

Oriunda do PL 2932/2014

Autora: deputada Lucinha

Ementa: Determina que os ônibus que realizam transporte coletivo em linhas regulares permitam o desembarque de passageiros fora dos pontos determinados, no âmbito do estado do Rio de Janeiro.

Publicado no DO-I de 04/04/18.

LEI Nº 7935 DE 03 DE ABRIL DE 2018

Oriunda do PL 1995-A/2016

Autor: Deputado Filipe soares

Ementa: Dispõe sobre a realização da campanha de conscientização sobre a síndrome de guillain-barré no âmbito do estado do Rio de Janeiro.

Publicado no DO-I de 04/04/18.

Ato do Secretário de Estado:**Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento****Resolução SEFAZ nº 236 de 28 de março de 2018**

Altera a Resolução 222, de 16 de fevereiro de 2018, que define tipos processuais que passarão a ser autuados e tramitados pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI-RJ). Publicado no DO-I de 02/04/18.

Superintendência de Fiscalização**Portaria SUFIS nº 175, de 28 de março de 2018**

Instaura Procedimento Administrativo para Cancelamento de Inscrição Estadual (PCAN). Publicado no DO-I de 02/04/18.

Superintendência de Cadastro e Informações Fiscais

Portaria SUCIEF nº 44 de 27 de março de 2018

Dispõe sobre a entrega da Declan-IPM 2018, ano – base 2017, e dá outras providências. Publicado no DO-I de 02/04/18.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Comissão de Saneamento Ambiental

Dia: 10-abril-2018

Hora: 13:00

Local: Auditório Nelson Carneiro, 6º andar do Palácio 23 de julho.

Tema: projeto de lei nº 2315/2006, de autoria do deputado Carlos Minc, que “Proíbe a produção, fabricação, distribuição, comercialização, importação, venda, divulgação, uso e descarte nos rios, córregos e no mar, de qualquer produto cosmético, de higiene pessoal e de limpeza que contenham microesferas de plástico, sejam elas ocas ou maciças, provenientes de Polímeros de Polietileno, Polipropileno (PP), poliacetal (DELRIN ou POM), tereftalato, polimetilmetacrilato, náilon (poliamida ou PA), ou similares, no estado do Rio de Janeiro”.

Presidente do Conselho Empresarial de Assuntos Legislativos: José da Rocha Pinto. Informe Legislativo Estadual – Diretoria Jurídica/GGJ. Publicação semanal da Gerencia Jurídica de Defesa de Interesse Coletivo (GJD). Equipe Técnica: Gerente: Flavia Ayd – Assistentes: Isaura Machado; Reinaldo Oliveira Ferreira Junior. Informações técnicas e obtenção de cópias das propostas apresentadas neste informe através dos telefones: (21) 2563.2515; fax (21) 2563.4419, ou por e-mail: Isaura@firjan.org.br. Av. Graça Aranha nº 1. Autorizada a reprodução desde que citada a fonte. As informações citadas nesse informe foram retiradas dos Diários Oficiais dos Poderes Executivo e Estadual do Estado do Rio de Janeiro.